



doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.43.122.AO03>

O (não)dito sobre maternidade: etnografia em interação socioeducativa feminina

The (un)said about maternity: ethnography in a female socioeducational unit

Lidiane Moreira Gomes
Centro Universitário Projeção (Uniprojeção)
<https://orcid.org/0000-0002-1211-043X>
lmgomes.psi@gmail.com

Liana Fortunato Costa
Universidade de Brasília
<http://orcid.org/0000-0002-7473-1362>

Resumo

O objetivo deste estudo foi apreender os sentidos acerca da maternidade de adolescentes do gênero feminino, em cumprimento de medida socioeducativa de internação. As observações (etnografia) ocorreram no ano de 2021, durante 16 dias (80 horas), e não houve contato direto com as adolescentes. Os registros foram organizados em núcleos de sentido: ambiente; atividades observadas; cumprimento da medida de internação; maternidade e parceiro íntimo. A pesquisa foi realizada durante a vigência do período crítico da pandemia do coronavírus. A maternidade das adolescentes mães permeia todo o cumprimento da medida de internação, mediando relações com profissionais da instituição, e potencializando sua vulnerabilidade. Há motivação e expectativa de mudanças em relação ao futuro, em especial sobre o contato com o filho. Sobre o período da internação coincidente com a pandemia, o sofrimento se intensificou com o distanciamento, pois ficaram sem contato físico com os filhos, familiares e amigos.

Palavras-chave: Maternidade; Adolescente em conflito com a lei; Etnografia; Mães adolescentes.

Resumen

Este estudio tuvo como objetivo aprender los sentidos sobre la maternidad en adolescentes de género femenino, que cumplen medida socioeducativa en internación. Las observaciones (etnografía) fueron realizadas en 2021, durante 16 días (80 horas), sin contacto directo con las adolescentes. Los registros fueron organizados por núcleos de sentido: ambiente, actividades observadas, cumplimiento de la medida de internación, maternidad y compañero íntimo. La investigación se llevó a cabo durante el período más crítico de la pandemia de coronavirus. La maternidad de las adolescentes permea el cumplimiento de toda la internación, mediando las relaciones con los profesionales de la institución y potencializando su vulnerabilidad. Existe motivación y expectativa de cambios en relación al futuro, especialmente sobre el contacto con su hijo. Con relación al período de internación que coincidió con la pandemia, el sufrimiento fue intensificado por el distanciamiento debido a la falta de contacto físico con sus hijos, familiares y amigos.

Palabras clave: Maternidad; Adolescente en conflicto con la ley; Etnografía; Madres adolescentes.

Abstract

The objective of this study is to apprehend the meanings about motherhood of female adolescents in juvenile correctional detention. The observations (ethnography) took place in 2021, during 16 days (80 hours), and there was no direct contact with the adolescents. The records were organized in groups of meaning: environment; observed activities; compliance with the detention program; maternity, and intimate partner. The research was carried out during the critical period of the coronavirus pandemic. Motherhood is part of every aspect throughout detention for the teenage mothers, mediating relationships with professionals in the institution, and increasing their vulnerability. There is motivation and expectation of changes towards the future, especially concerning contact with the child. On the period of confinement amid the pandemic, suffering intensified with the distancing, since they were without physical contact with their children, family and friends.

Keywords: Motherhood; Teenager in conflict with the law; Ethnography; Adolescents mothers.

Introdução

Estima-se que o Brasil possua cerca de 53.759.451 jovens com idades entre zero e 18 anos. Destes, um total de 143.316 jovens com idades entre 12 e 21 anos estão

inseridos no sistema socioeducativo brasileiro, incluindo a internação, o atendimento inicial, a medida protetiva e a internação sanção (meio aberto e fechado). A medida de internação/privação de liberdade soma um total de 25.063 adolescentes do sexo masculino e 1.046 adolescentes do sexo feminino (Brasil, 2019a; Brasil, 2019b). Dentre essas 1.046, 20% com idades até 14 anos, 40% com idades entre 15 e 16 anos e 40% com idades entre 17 e 18 anos. Em termos de relacionamentos e parcerias íntimas, 80% delas se declaram solteiras, 10% casadas e 10% viúvas; sobre maternidade, 18,18% são mães, 76,22% não têm filhos e 5,5% não responderam. No que se refere à escolaridade dessas adolescentes, 0,70% nunca frequentaram a escola, 48,25% possuem o ensino fundamental incompleto, 14,69% têm o ensino fundamental completo, 27,27% cursaram o ensino médio completo e 1,40% fizeram o curso superior incompleto. Esses dados se referem a todo o território nacional (Brasil, 2021).

A adolescência é um período do desenvolvimento humano configurado por mudanças sociais, fisiológicas, culturais e econômicas, que surgem nessa etapa da vida. É um período de intensas modificações físicas, psíquicas e afetivas (Miura, Tardivo, & Barrientos, 2019). Carreteiro (2020) fala sobre a impossibilidade de fazer um recorte único sobre a ‘adolescência’, e propõe uma visão sobre *adolescências*, como sendo plurais e multifacetadas. No Brasil, as adolescências englobam questões sociodemográficas, de políticas públicas, acesso à saúde, educação e lazer, ou ainda, a falta delas. É preciso reconsiderar temas como, gravidez, abuso de substâncias químicas, violências, evasão escolar e o conflito com a lei. O lugar social que cada adolescente ocupa, suas ancoragens sociais diferenciadas, acarretarão espaços e trajetórias igualmente diferentes (Carreteiro, 2020). Ao se pensar temas sobre as adolescentes do gênero feminino que conflitaram com a lei, a discussão torna-se ainda mais específica, englobando assuntos como os direitos sexuais reprodutivos, maternidade, maternagem.

O Anuário do Atendimento Socioeducativo Inicial no Núcleo de Atendimento Integrado – NAI/UAI-DF (Brasília, 2020) aponta que o sistema socioeducativo, como reflexo do nosso contexto social atual, invisibiliza as meninas autoras ou acusadas de ato infracional. A análise do contexto infracional e dos aspectos relacionados ao envolvimento das adolescentes se dá de forma apartada da dinâmica social e cultural vinculadas ao cometimento do ato. A aplicação da medida de internação para

adolescentes do sexo feminino ainda se apresenta como um desafio expressivo, uma vez que falta o olhar para o singular do gênero feminino (Mello, Machado, & Valença, 2017).

Maternidade na adolescência

O nascimento é um rito de passagem, que simboliza a entrada em uma vida com novas responsabilidades familiares e sociais, e a maternidade constitui um processo desafiador e exigente. Culturalmente, há um romantismo no exercício da função materna, promovendo uma divulgação irreal do que seria a maternidade, segundo Clemens e Souza (2020). A responsabilidade do cuidado com os filhos é atribuída às mulheres e mães por uma construção histórica e cultural. É importante marcar que, para a sociedade, o casamento e a maternidade ainda são tidos como lugares privilegiados de saúde e felicidade. Para Gonçalves (2017) as mulheres não casadas, e as não mães, são percebidas como egoístas, solitárias, infelizes, frustradas e insatisfeitas, sem mencionar que, do ponto de vista médico e psicológico, representam uma anomalia, beirando à aberração, assim justifica-se separar a maternidade de maternagem.

A maternidade diz respeito à relação biológica entre mãe e filho, sendo inclusive, condição única restrita à mulher, unindo assim mãe e filho através de um laço consanguíneo. A maternagem, porém, não tem aparato biológico ou de gênero, está amparada no afeto e no desejo profundo de cuidar, no conjunto de atributos essenciais à mãe ou outro(a) que lhe ocupe este lugar, e que tenha capacidade de acolher a criança e suas necessidades ao longo de sua vida. Considerando o contexto e a adolescente objeto desta pesquisa, ambiente prisional e cumprimento de medida de internação, a maternagem pode integrar ações com e sem potencial socializador ou de projeto de vida (Dantas, Christofari, & Arpini, 2021).

É importante considerar que existe um direito individual sexual e reprodutivo em cada adolescente, mas para a saúde pública, a gravidez na adolescência ainda é uma questão polêmica. Historicamente, esse fenômeno vem sendo compreendido como indesejado, não planejado e fruto do desconhecimento de métodos contraceptivos, entretanto, é preciso olhar para as motivações individuais, culturais, psicológicas e políticas presentes na escolha de ser mãe, tornando assim cada história única e singular. O contexto atual, de acordo com o relatório da Organização Pan-Americana de Saúde da

(OMS), aponta que o Brasil possui a maior taxa de mães adolescentes da América Latina, estimando que a cada 1.000 nascidos, 68,4% provêm de adolescentes com idades entre 15 a 19 anos (Brasil, 2021).

A gravidez na adolescência desencadeia um processo de mudança e ajustamento na vida da jovem, e a maternidade implica em uma intensa reestruturação pessoal e social, que impactará sua identidade, mudanças orgânicas, psíquicas e seu percurso sexual. Para as adolescentes em condições socioeconômicas de baixo rendimento e vulnerabilidade, a gravidez pode estar vinculada também à violência doméstica, com planos de futuro interrompidos e/ou comprometidos. O cometimento de ato infracional pela adolescente mãe (ou grávida), afeta a continuidade dos estudos, inserção no mercado de trabalho, rompimento de vínculos familiares. Acresce-se que há uma falta de clareza sobre políticas que assegurem, dentro da unidade de internação, um espaço e tempo para amamentação, estrutura física adequada para que as adolescentes mães permaneçam com seus filhos, alimentação adequada para as grávidas, dentre outros aspectos que denunciam as diferenças de gênero no sistema socioeducativo. A condição de encarceramento, as condições físicas do ambiente, a falta de apoio familiar e social, são questões que podem impactar aspectos do desenvolvimento da criança e da saúde mental tanto da adolescente mãe quanto de seu filho(a) (Dantas et al., 2021; Mazzini, Alves, Silva, & Sagim, 2019; Miura et al., 2019).

O cumprimento de medida socioeducativa com privação de liberdade

Os adolescentes que cometem ato infracional recebem medida socioeducativa (MSE), cujo objetivo é responsabilizá-los, mas também assegurar direitos e garantias individuais e sociais, tais como a proteção integral. As medidas previstas são: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade (PSC), liberdade assistida (LA), semiliberdade e internação (Brasil, 1990). A MSE de internação é cumprida em unidade de internação, sendo considerada como a mais severa e aplicada em infrações mais graves ou em casos de reiteradas práticas de ato infracional. Tal MSE tem como princípios: a brevidade, a excepcionalidade e o respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. No entanto, o cumprimento da MSE não é o mesmo em todos os lugares, pois as reações sociais aos delitos variam em função de peculiaridades, tais como

costumes e cultura. As adolescentes do gênero feminino ainda são secundarizadas e têm suas demandas invisibilizadas, dentro e fora do sistema socioeducativo, e são duplamente penalizadas em razão do caráter patriarcal que permeia o sistema judiciário expresso por meio de formas peculiares de punição, claramente marcadas por estereótipos criados e assimilados acerca do comportamento feminino (Brasil, 2021).

Pesquisas (Mello et al., 2017; Ribeiro, 2020; Sposato & Moitinho, 2021) refletem sobre o espaço de uma unidade de internação que deveria ser de ressocialização, mas se assemelha a presídio para a população adulta, com superlotação, pouca oportunidade de formação educacional e profissional. Uma questão fundamental é que as adolescentes ficam internadas por maior período do que os adolescentes na mesma condição, recebendo menos visitas e apoio dos familiares, ocorrendo prejuízos para a educação e os contatos afetivos. Em razão do reconhecimento da complexidade de toda a situação, este texto trata de uma pesquisa qualitativa, de cunho etnográfico, abordando um tema sensível e pouco conhecido, a expressão da maternidade de adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa de internação. Espera-se contribuir para melhor compreensão de um saber com interface entre psicologia, desenvolvimento e justiça. Tanto estas adolescentes como este contexto da internação ainda constituem um campo pouco explorado por pesquisas.

Objetivo

Em suma, este texto tem por objetivo investigar a vivência da maternidade de adolescentes mães em cumprimento de medida socioeducativa em unidade de privação de liberdade em uma cidade de grande porte.

Métodos

Contexto

A pesquisa foi realizada em uma unidade feminina de cumprimento de medida socioeducativa de internação, em uma cidade de grande porte. A localização geográfica desta unidade fica longe do centro urbano, em área rural e isolada. Em termos de estrutura física, possui capacidade para receber até 52 meninas com idades de 12 a 21 anos, sendo 4.264,20m² de área construída, com quatro alojamentos, um módulo de escola, uma oficina e sala multiuso, um templo ecumênico, um ginásio, uma horta, espaço para

geração de energia, prédio da administração, local para convívio, portaria, refeitório, local para receber visitas e duas torres de segurança (vigia). Há um módulo específico para adolescentes mães que tenham filhos/bebês, para que possam permanecer com seus filhos na unidade enquanto vigorar o cumprimento da medida. Até o período da realização da etnografia, este módulo ainda não havia sido utilizado por não ter recebido uma adolescente gestante. O ambiente é limpo, novo, organizado e bem cuidado, devido a que esta unidade tem pouco mais de um ano de inaugurada.

Participantes

A população de adolescentes presentes na unidade de internação durante o período da etnografia foi de 16 adolescentes (entre 14 e 17 anos) aproximadamente. Estas, em sua maioria se autodeclararam como pardas e negras (14), sendo duas brancas, além disso, a maioria também se autodeclarou como heterossexual, com exceção de uma adolescente (transgênero) e três bissexuais. Sobre os atos infracionais, a maioria era responsabilizada por homicídio e tentativa de homicídio. Ressalta-se o fato de que nenhuma das adolescentes observadas cumpria MSE por tráfico de drogas, costumeiramente o mais recorrente (Silva, 2020). Aproximadamente, 07 já tinham recebido MSE anterior e as demais cumpriam internação provisória. Sobre o histórico familiar, quatro apresentavam vivência em instituição de abrigamento, e a maioria vinha de família nuclear, cuja principal responsável era a genitora. Suas famílias viviam com renda inferior a dois salários mínimos e mais da metade era beneficiária de programas sociais de transferência de renda (BPC). Praticamente todas as adolescentes já vivenciaram violências intrafamiliares, a maior parte delas, violência física de forma permanente e violência sexual. Sobre maternidade, cinco são mães, e a maioria se diz cristã. Sobre os aspectos de saúde mental, seis apresentavam demanda para acompanhamento em saúde mental e sete faziam uso de medicação psicotrópica. Antes de iniciarem o cumprimento de MSE, a maioria (10) estava evadida do ensino formal, e com atraso significativo. Sobre colocação no mercado de trabalho, três estavam trabalhando (na época da apreensão). Sobre perspectivas de futuro e retomada de profissionalização, os cursos de maior interesse eram: estética, saúde e gastronomia. Todas estas informações referentes às internas foram obtidas a partir de consulta aos registros institucionais.

Acrescem-se aqui observações provenientes de um estudo do Conselho Nacional de Justiça (Mello et al., 2017) referente ao ano de 2015, apontando que o perfil das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa é, de forma prevalente, composto por meninas negras, pobres e com envolvimento com o tráfico de drogas. Dados sobre raça, no Relatório da Análise da Execução de Medidas Socioeducativas de Meninas Adolescentes em privação de liberdade (Brasil, 2021) pesquisou dez cidades brasileiras, e apresentou que a maioria (porcentagem entre 80% e 3%) se considerava parda, seguida da autoidentificação como raça preta em segundo lugar (porcentagem entre 39% e 8%) (Mello et al., 2017).

A etnografia

A etnografia é uma estratégia de investigação que admite e valoriza a influência da subjetividade de pesquisadores e participantes na interpretação das informações, voltando-se para o processo de construção do fenômeno, estando interessada em testar hipóteses e explorar as nuances do objeto (Costa & Lordello, 2021; Flick, 2009). Tem sido comumente utilizada em pesquisas de ciências sociais, é aberta, mas também exige um enquadramento social (político e histórico) do comportamento humano e, com isso, é exigente com o/a pesquisador/a, demandando assim que o/a mesmo/a se demore no campo, podendo investigar com profundidade, superando as limitações e ampliando as compreensões (Andrada, 2018). A etnografia foi realizada durante os meses de outubro a dezembro de 2021, e a escolha desse instrumento surgiu a partir da consideração sobre a complexidade que envolve a pesquisa em contexto sob a responsabilidade da justiça juvenil, já que as adolescentes, enquanto permanecem na unidade de internação, estão sob a tutela do/a juiz/a da infância. Por outro lado, o contato pessoal com as adolescentes nesta circunstância, pode ser percebido como um ato invasivo porque o sentenciamento das adolescentes no cumprimento de sanções, causa vergonha e afastamento social tanto das adolescentes como de suas famílias.

A etnografia possibilita acessar o campo com atenção aprofundada, conhecer a rotina das adolescentes, suas vivências e as relações entre elas, entre os agentes de segurança e/ou profissionais, e ainda com os familiares durante as visitas. A função da etnografia na pesquisa que ampara o objetivo deste texto, é fomentar uma ida ao campo

com olhar ampliado sobre o fenômeno, sem intervenções, críticas e julgamentos. Adotou-se a observação participante completa que contempla distanciamento, respeito, preservando e valorizando o contato com o material registrado (Flick, 2009).

Contexto da pandemia

Importante apontar que neste período a pandemia da COVID 19 estava em plena vigência, as taxas de transmissão apenas estavam começando a diminuir, e a unidade recentemente retomava as visitas dos familiares e as visitas religiosas. Destaca-se que, em função da pandemia, as visitas às adolescentes bem como os benefícios das saídas ficaram um ano (aproximadamente) suspensos. Note-se que as visitas são permitidas somente para pessoas maiores de 18 anos. Este fato trouxe impactos para a convivência e saúde mental das adolescentes, de forma individual e coletiva, segundo relatos da equipe profissional, conforme contato com a pesquisadora. Oportunamente, a etnografia se mostrou como instrumento de observação que respeitou o isolamento, o distanciamento social, o respeito à individualidade de cada adolescente, além de eficaz em retratar as rotinas diárias com concretude.

Procedimentos da observação

Foram realizadas aproximadamente 80 horas de observação ocorridas em 16 dias, entre os meses de outubro a dezembro do ano de 2021. A etnografia foi autorizada em 29 de junho de 2021 pela senhora juíza responsável pela unidade socioeducativa. Foi concedida autorização para visitar a unidade e acompanhar toda a rotina das adolescentes em suas atividades. Desde o princípio foi estabelecido, inclusive nas autorizações, que a pesquisadora/etnógrafa não faria contato direto e/ ou de fala com as adolescentes. Após a autorização, os dias e horários das observações foram previamente agendados com a diretoria da unidade. As observações foram realizadas no módulo dormitório, similar à celas, onde as adolescentes retornam sempre que não estão engajadas em outra atividade. Embora a unidade tenha um módulo refeitório, as adolescentes fazem as refeições de café da manhã, almoço, lanche e janta no módulo dormitório. Também foram realizadas observações das adolescentes em atividades importantes como escola, visita familiar, visita religiosa. Em nenhum momento a pesquisadora/etnógrafa se dirigiu diretamente a

alguma adolescente para conversação. Todo o registro foi anotado em um diário de campo, sempre imediatamente após a saída da pesquisadora da unidade de internação, no mesmo dia da observação. Frequentemente utilizado nas pesquisas da área das ciências naturais e na antropologia, o diário de campo, é um instrumento que aprimora a ida ao campo, e tem se mostrado bastante eficaz na ampliação do diálogo, na potencialização das reflexões e nas compreensões de ordem técnica e afetiva (Costa & Lordello, 2021).

Procedimento da análise das informações

Inicialmente as informações foram digitalizadas e lidas exaustivamente por duas pesquisadoras com experiência em etnografia e adolescência, de forma independente. Em seguida, ambas estabeleceram os passos da análise de conteúdo proposta por González Rey (2005), que começa com uma interpretação das descrições dos ambientes, das falas, das interações entre as participantes e os integrantes da equipe, e dos comentários da observadora. O primeiro passo atribui significados aos conteúdos apreendidos; o segundo passo reuniu estes significados em construções de sentidos comuns; o terceiro passo consistiu na integração dos conteúdos similares e contraditórios, além do registro da subjetividade das pesquisadoras. Este terceiro passo é denominado por González Rey (2005) de Zonas de Sentido, e contém a compreensão mais aprofundada e integrada sobre a questão da pesquisa, e as respostas aos objetivos apontados. Foram construídas quatro Zonas de Sentido: o ambiente; as atividades; o cumprimento da medida socioeducativa; a maternidade. A proposta de González Rey (2005) implica em considerar e valorizar a subjetividade da pesquisadora no processo da construção dos resultados, desse modo, esta pesquisa reuniu duas autoras do gênero feminino, fortemente implicadas com o tema tanto no plano individual como profissional.

Cuidados éticos

Os cuidados preconizados pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde foram observados. A pesquisa também foi submetida à Plataforma Brasil e aprovada no no Comitê de Ética em Ciências Humanas da Universidade de Brasília com o parecer número 5.564.510.

Resultados e Discussão

O conteúdo apreendido reafirma que a maternidade na adolescência, e em contexto de cumprimento de medida de internação, é um fenômeno complexo, em conexão interna com vieses transversais de gênero e raça. Ressalta-se que a unidade de internação apresenta uma arquitetura formal que considera a possibilidade de gravidez ou maternidade das adolescentes. Porém, este aspecto encontra uma reverberação crítica nas conversações entre as adolescentes, nos atendimentos com os/as especialistas, nas conversas com os professores e agentes.

1ª Zona de Sentido – O ambiente do cumprimento da medida de internação: Bonito por fora ... e por dentro?

Os módulos nos quais as internas se movimentam possuem, logo na entrada, um local de vigilância com TV e um painel de vidro de frente para os quartos. Cada quarto (cela), fica de frente um para outro, sendo cinco quartos por módulo e cada quarto possui capacidade para duas meninas e um banheiro. Todas as instalações são de concreto. A diretora da unidade informa que, na tentativa de humanizar o espaço, costuraram cortinas para os banheiros de cada módulo, e que autorizam a família a trazer uma TV para o quarto. Interessante que a cela é denominada de quarto. Além dos quatro módulos com os quartos (celas), há um ginásio, um refeitório, um módulo titulado de ‘mamãe bebê’, uma escola, um espaço para atendimento médico, um salão de beleza com lavatório de cabelo, e uma sala multiuso.

Esta descrição reflete um ambiente cuidado e limpo, pois foi inaugurado recentemente, e significa o fruto de uma intervenção política de longo prazo que determinou a separação de unidades de cumprimento de medida socioeducativa de internação, respectivamente para os gêneros masculino e feminino. De forma geral, anteriormente ambos os gêneros ficavam em um mesmo espaço físico sem convivência próxima (Mello et al., 2017). Porém, também significa o reconhecimento das especificidades de gênero, oferecendo uma condição física e operacional frente às necessidades de adolescentes do gênero feminino, incluindo as características femininas do desenvolvimento psíquico e emocional, bem como a questão básica da maternidade

ou da gravidez (Souza & Grato, 2020). A condição de internação compulsória tem efeitos danosos em todas as idades, em especial durante a adolescência, e torna-se mais delicada em função do momento de transição em uma idade que pendula entre dependência afetiva da família e a necessidade de autonomia. Assim, o afastamento da família vai além das questões de convívio, trazendo efeitos sobre a identidade da adolescente, na medida em que as colore com estigmas e preconceitos (Calicchio & Barsaglini, 2020). Iniciativas como dar vez e voz à família, permitindo que a TV particular possa estar no quarto, ou manter um espaço adequado para as visitas familiares, indicam uma preocupação da gestão da unidade com esta dimensão da subjetividade da adolescente e da relação afetiva com os familiares. Outrossim, a existência de um módulo preparado para o acolhimento de bebês (apontado no item contexto) reforça uma perspectiva inovadora neste sentido. Vivenciar uma gravidez longe da rede familiar ou social de suporte é uma experiência sofrida.

Se, por um lado, características da adolescência são atendidas, como presença da escola, do acolhimento à visita familiar, da sala multiuso que permite atividades lúdicas/educacionais/culturais, também se estabelece um ambiente exclusivo para o exercício da maternidade. Destaca-se a existência de contradições quando as adolescentes são nomeadas de meninas, embora também sejam vistas como mulheres, em exercício de sua sexualidade, acolhendo os bebês que venham a nascer durante o cumprimento da medida (Ribeiro, 2020). Outro aspecto que simboliza a contradição mostra-se no atendimento às necessidades afetivas das internas, de suas peculiaridades femininas, e da presença constante e ostensiva das torres de vigia, e da imposição da visita somente com aprovação prévia da unidade, de modo que pessoas com envolvimento com a justiça e/ou ficha criminal não são autorizadas. Cabe ainda comentar que durante a pandemia houve uma restrição da presença de pessoas/familiares, condição preconizada para a segurança de saúde de internas e profissionais. Isto acarretou que as adolescentes ficaram sem visita dos familiares por um tempo muito maior, causando impacto e demonstrando a vulnerabilidade permanente das mesmas. Com o prosseguimento da pandemia houve a retomada das visitas quinzenais. Com certeza, a adoção desta medida de proteção trouxe conflitos de natureza ética para a equipe de profissionais da unidade, além de aumentar a vulnerabilidade das adolescentes (Sposato & Moitinho, 2021).

2ª Zona de Sentido – As atividades observadas: ainda que internas, são adolescentes.

A observação acompanhou a rotina das meninas em dias diferentes nos turnos matutino e vespertino. Pela manhã elas recebiam o café da manhã nos módulos dormitórios. Em seguida, em filas, eram conduzidas à escola e lá eram encaminhadas às suas respectivas séries. Uma mesma sala de aula abarcava até três anos letivos, não sendo possível separá-las por ano específico pela falta de professores para tal. À tarde as adolescentes estavam realizando um curso oferecido por uma instituição do judiciário sobre oratória, frequentavam atividades na horta, plantação e manutenção de legumes e hortaliças. Aquelas que não participavam da atividade na horta, ensaiavam percussão com um grupo musical fundado e mantido por uma servidora da unidade. A atividade mais observada e que propiciou uma compreensão mais abrangente das meninas foi a escola. A escola é nova, com inauguração ainda mais recente do que a unidade. A estrutura física é bonita, possui sala de vídeo, de coordenação, de aula e de professores. Os banheiros para as meninas e para os profissionais são diferentes. As aulas começam às oito horas até às 11h e 45m, com intervalo para lanche. Os lanches são levados para as meninas na sala de aula, pois não podem transitar pelas dependências da unidade sem a companhia de um agente de vigilância. Há também um módulo para atendimento psicossocial. No intervalo entre as visitas familiares, ocorrem as visitas religiosas, que abrangem a igreja católica e a evangélica, e a participação é espontânea.

Sobre a escola, Fernandes (2022) aponta que a educação, além de ser um direito fundamental, faz parte do processo de reconhecimento da subjetividade da adolescente, como sujeito em desenvolvimento, e parte do processo de humanização da aplicação da medida socioeducativa. Torna-se fundamental que este aspecto da formação destas jovens não seja interrompido pelo não oferecimento da atividade. Os prejuízos sobre a não continuidade dos estudos quando a maternidade ocorre neste período são conhecidos e, de fato, ao ingressarem no sistema socioeducativo, as adolescentes enfrentarão maiores dificuldades. Em uma pesquisa com 576 mulheres adultas que interromperam estudos por internação na adolescência, somente 15% delas conseguiram retomar a escolaridade e terminarem o ensino básico (Nunes, Feitosa, Catrib, Brilhante, & Santos, 2021). A descrição das atividades na escola aqui apresentadas evidencia um trunfo desta unidade de internação que se constituiu desde sua inauguração nesta perspectiva.

Em uma das observações, durante a aula de matemática, uma interna diz que não usará aquilo para a vida, e o professor retruca sobre a importância de resolver equação na vida. As meninas se sentam em volta da mesa do professor, ao final da aula elas pedem uma música, e ele toca em seu celular. Na aula de inglês uma adolescente conversa com a professora sobre estar ansiosa, esperando por algo e desejando que seja uma coisa boa, que só Deus sabe o que ela está passando. Ao final da aula, elas pedem para a professora tocar uma música, e a escolhida foi “Pode dormir tranquilamente”. A professora é muito gentil, facilitando conversações sobre as músicas que lembram os namoros. O que mais chama atenção neste registro é a conversação entre as adolescentes e os professores, invocando uma certa cumplicidade para que possam usufruir de aspectos inerentes à idade como ouvir música, falar de sentimentos, de experiências, do filho e do namorado. No contexto de internação, a escola pode oferecer uma tripla função: convivência social, educação formal e amparo afetivo. A literatura nacional (Machado, Zappe, & Dias, 2021) falam de uma ampliação do distanciamento em relação à escola durante o cumprimento de medidas socioeducativas, no entanto pode-se estar observando que, em função de um acolhimento afetivo e da relação de lealdade entre o professor e a jovem, esta condição pode ser minimizada ou até mesmo revista.

Sobre uma atividade cultural/educacional, a observação foi a respeito da discussão do filme “12 anos de escravidão” (Pitt & MacQueen II, 2014). As adolescentes ouvem atentamente a professora, sem conversas paralelas, que incentiva o debate. Um dos focos do debate foi sobre a perda da identidade e o pertencimento, e sobre a perda da liberdade. Uma das adolescentes compara os personagens com cachorros maltratados. Junto com o debate, as adolescentes são convidadas a produzirem um cartaz. Uma das adolescentes é mãe e escolhe a imagem de uma personagem com seu filho no colo. Ao final, a professora deixa que elas escolham e escutem uma música. A escolha foi de um rap cristão com o título “confissão”. Lembram de uma adolescente que finalizou a medida e foi embora, dizendo que gostariam que fossem elas mesmas. Importante assinalar que os professores aparentam tranquilidade, não têm medo das adolescentes e não se intimidam com os agentes, não demonstrando incômodo nem desprezo pelo ambiente. As adolescentes pedem e recebem abraços dos professores, encarnando e justificando como são chamadas na unidade: meninas.

Sobre a visita religiosa, a observação acompanha os representantes da instituição religiosa (evangélica), e as adolescentes pedem para que a visita religiosa seja no módulo onde estão pois está chovendo muito, e entre um módulo e o espaço ecumênico não há proteção de cobertura. A chefe do plantão não autoriza, porém improvisa uma lona (como se fosse um guarda-chuva) para levar as adolescentes ao espaço ecumênico. Neste dia participaram quatro adolescentes estudando a palavra da Bíblia, orando por suas famílias e pela liberdade. A observação das meninas em diferentes atividades mostra a importância da participação nas tarefas escolares e na relação com os/as professores/as. Chama atenção a postura flexível dos/as mestres facilitando que as adolescentes possam ter confiança em falarem de si mesmas, com liberdade para se expressarem. A escola também proporciona oportunidade para a reflexão das questões de identidade, quando há espaço e incentivo à discussão sobre consciência negra, ou consciência de pertencimento ou ainda sobre a educação política. A visita religiosa possui uma dupla função: refaz vínculos afetivos com a família e amigos, e podem se manter com esperança e confiança no futuro.

3ª Zona de Sentido – O cumprimento da medida de internação: sofrimento antes, durante e depois.

A observação contida neste item aponta as características permanentes do contexto de cumprimento da medida socioeducativa: ordens, regras, limitações do ir e vir, distanciamentos e a própria internação. Juntamente a estes aspectos impõem-se as relações com profissionais que fazem parte da condição de estarem tuteladas, e este aspecto é imposto todo o tempo. A unidade tem orientação a respeito do uso de cores nas roupas dos visitantes, sendo sugerido não utilizar preto (cor dos agentes) nem branco (das internas). O acompanhamento do deslocamento das meninas do quarto/cela no módulo onde estavam para a sala de aula ocorreu da seguinte forma: uma por vez, sendo observadas de perto por duas agentes de segurança, com as mãos para trás, de roupas brancas e se sentam no chão de cabeça baixa, uma por vez. Após a sincronia por rádio com outros módulos (verificação de segurança), levantam-se e saem em fila. Na porta do módulo da escola, todas têm suas temperaturas aferidas, então se distribuem em suas salas por séries. Na entrada da escola há uma marcação de fita pregada no chão para cada módulo, para que as meninas sigam as fitas separadas e se dirijam diretamente para sua

sala. Uma agente fica na porta de cada sala, quatro agentes ficam no corredor.

Trata-se de um ambiente de responsabilização e sua organização informa regras e ordens que lembram, todo o tempo, a presença da justiça em todo o contexto. Muitas vezes, estas meninas quando são internadas passam a estar sob condições de punição e carência maiores do que a dimensão de reeducação e socialização, pois encontram-se afastadas de suas famílias e de seus pares. A internação não transforma suas realidades social e familiar. Para Santos-Couto et al. (2020) as principais razões para estas adolescentes ingressarem no sistema socioeducativo são: vulnerabilidade social, evasão escolar, uso/abuso de álcool e drogas, relações conflituosas na família, ausência de direitos fundamentais, e principalmente ausência da ação do Estado em suas vidas. Porém, há um dado da realidade de localização física da unidade que se encontra em local isolado, cercado de mata e que pode representar perigo real para as meninas caso haja um movimento de evasão. Pode-se pensar que todo este aparato de vigilância também possa ser visto como proteção. A questão é: qual o limite entre ordenar e proteger, já que também se sabe que as condições de um presídio feminino são muitas vezes reproduzidas na internação de adolescentes gênero feminino, com maior gravidade para as consequências das ações punitivas nesta faixa etária (Santos-Couto et al., 2020).

Um momento com muitos significados e informações pertinentes ocorre durante a visita familiar, que também é modulada pelas regras de segurança. A visita acontece no Ginásio, que é um espaço grande e arejado, porém elas não podem abraçar ou ter qualquer contato físico com os familiares (a pandemia), além de ser um lugar que não permite privacidade, o barulho é grande e todos ouvem as conversas. Durante as visitas, as adolescentes se preocupam com a extensão do que as agentes estão escutando de suas conversas particulares. Uma adolescente recebe a visita do pai, e se queixa que ligou para a avó e ela foi indiferente, se sente na rua, tem chorado muito, gostaria de poder sair pelo menos para o Natal. Pai responde que, quando ela sair, vai morar com ele. A adolescente cobra que o pai “seja por ela”. Ele responde que é pai e que quer assumir a filha. Ela diz que quer mudar de vida porque se voltar para a casa da avó, vai voltar para o mesmo lugar. Na história de vida da adolescente, a mãe morreu, o pai a abandonou, ela foi morar com a avó, e sua internação se deve às consequências de seu envolvimento com o tráfico de drogas e abuso de substâncias. A mãe de outra adolescente chega às 9h. Uma agente

envia um áudio por rádio dizendo que talvez ela não entre por conta da roupa. Após uns minutos, ela é autorizada (as orientações sobre vestimentas para a visita são entregues por meio de uma cartilha para a família). Quando chega no Ginásio fala com a filha que demorou porque não tem ônibus e não tem como chegar. Adolescente fala com a mãe sobre ter chorado no chão, mas parece um menino, sua aparência, suas expressões, tudo lembra um menino. As agentes acreditam que ela preferiu utilizar o nome constante de seu de registro e não o nome social, para não ter que ir para uma unidade masculina. A presença de adolescentes pertencentes a uma população LGBTQ nestas unidades indica um assunto ainda não discutido e nem enfrentado (Fontoura & Ribeiro, 2020). O pai de outra adolescente chega às 9h30. Ela fala do filho, pergunta como ele está. O filho desta adolescente está sob os cuidados de seu pai, mãe e irmão, e sua mãe cumpriu pena quando ela era criança. Importante ressaltar que houve menção aos filhos em conversa com professores e com os familiares. A visita de familiares inclui receber afeto, confirmação de que são importantes para a família, além de terem notícias dos filhos. Trata-se de um momento que evidência conexão de três temas fundamentais na vida destas adolescentes: as relações familiares, a maternidade e o cumprimento da internação. Os três temas reúnem um passado de vulnerabilidade, um presente de frustração e sofrimento, um futuro incerto, mas que pode conter esperança, pois a expectativa de retomar o contato com os filhos está sempre indicada (Miura et al., 2019).

4ª Zona de Sentido – A maternidade e o parceiro íntimo: expectativa de futuro?

A observação sobre os aspectos constantes deste item, indica que a situação de algumas adolescentes serem mães é plenamente acompanhada pelos profissionais da unidade. Nesta época, havia entre três a cinco adolescentes que eram mães cumprindo MSE de internação. O tema da maternidade surge de forma entrelaçada com o tema do parceiro íntimo e o fato de estarem separados, e tangencia separações, sofrimento com ausência do parceiro, conflitos com família decorrentes desta situação, relação com filhos, e aqueles que são encaminhados para adoção. Os momentos nos quais estes temas emergem sempre envolvem as circunstâncias de contato com outros profissionais da unidade: na escola com os professores, no contato com agentes e com os técnicos (diretoria, psicólogo, assistentes sociais, pedagogos). Na literatura, o tema do parceiro

íntimo está muito vinculado à questão da visita íntima evidenciando posturas bem divergentes, com manifesto do direito do adolescente (SINASE) (Brasil, 2019b), ou de forma contrária, a partir de críticas ao esquema de socialização presente nas unidades de internação. Estas posições são defendidas pela Psicologia ou pelo Direito. Trata-se na verdade do reconhecimento do direito ao exercício da sexualidade pelos adolescentes. No entanto, a observação pode captar com mais vigor a falta afetiva/amorosa que as meninas sentem de seus parceiros íntimos, sendo que estes sentimentos são confusos porque este mesmo parceiro também está associado ao fato delas estarem no regime de internação. A maioria recebeu medida socioeducativa por ato infracional praticado juntamente com estes parceiros, muitas vezes também em privação de liberdade. Por outro lado, estes companheiros são homens adultos mais velhos, com diferença etária significativa, tal como uma das adolescentes indicou, que começou a namorar aos 12 anos um homem de 30 anos. Esses dados sobre a idade dos parceiros das adolescentes, corrobora com o estudo (Brancaglioni & Fonseca, 2016) no qual se pesquisou sobre violência cometida por parceiro íntimo na adolescência, analisando gênero e geração, Evidenciou-se que os parceiros das adolescentes eram mais velhos ou tinham a mesma idade que elas, diferente dos adolescentes que possuíam parceiras mais novas ou da mesma idade.

Em dezembro, as internas assistiram, por meio de proposta da unidade de cinema na escola, o filme *Harriet* (Lemmons & Howard, 2019). A película conta a história de Harriet Tubman, negra, escrava, ativista política. Após assistirem o filme, as adolescentes comentam sobre fé, a força de uma mulher negra que outrora era escrava. O que chamou mais a atenção delas, foi o fato do marido de Harriet “ter arrumado outra” logo após sua partida. Note-se que muitas das adolescentes já não estão mais com o mesmo parceiro de quando iniciaram o cumprimento da medida, por estarem reclusos ou assassinados. A conclusão da discussão foi sobre ter amor próprio. A experiência e expressão da feminilidade favorece a manutenção das relações duradouras pelas meninas, pois atribui valores para a mulher como o casamento e a constituição da família, entretanto essas mesmas construções também podem dificultar a saída das meninas de relações violentas (Brancaglioni & Fonseca, 2016).

A vivência de uma maternidade na existência de um cenário de cumprimento de medida socioeducativa de internação, rompe com várias construções sociais. Foi

observado em uma pesquisa (Andrade et al., 2022) que há uma correlação inversamente proporcional entre união estável/casamento e continuidade dos estudos das adolescentes mães, de modo que, à medida que aumenta o número de adolescentes casadas e/ou em união estável, diminui o número daquelas que continuam seus estudos. Além disso, o acesso ao trabalho e ao bem-estar econômico são os principais fatores de risco enfrentados pelas adolescentes (Andrade et al., 2022). Uma adolescente fala com uma professora, que tem um filho adotivo. Os professores reconhecem que elas conversam muito sobre os filhos. Tanto esta adolescente como uma outra dizem que choram todos os dias. Nesta mesma aula, uma outra adolescente diz que está muito feliz porque saiu e viu o filho. A professora pergunta se ele se lembra dela, ela diz que sim, que ele correu para os braços dela. Ela saiu da unidade para realizar um teste de DNA para reconhecimento de paternidade. O pai do filho morreu (provavelmente assassinado) e a família dele requereu o DNA. A adolescente conta que quando conheceu o pai de seu filho (ex-companheiro), ele estava de “saidão” da penitenciária onde cumpria pena. O pai de seu filho faleceu quando ela ainda estava grávida, e como ela estava cumprindo MSE de internação a unidade precisou conceder liberação para a realização do exame. Na ocasião, ela ficou muito emocionada pois teme que o filho, por ser pequeno, a esqueça. Gonçalves e Miguel (2021) alertam para o fato de que, a sociedade acredita que as meninas aprendem a maternar ainda na infância, cuidando de suas bonecas e por isso, a mesma sociedade, espera das adolescentes gestantes/mães que estas, desempenhem bem a função materna. Contudo, essa expectativa social, deixa de refletir sobre as dificuldades para desempenhar o papel de mãe precocemente, visto que, as adolescentes ainda são também crianças.

Durante o período da etnografia, uma das adolescentes internadas afirmava estar gestante. A unidade não acreditava ser possível visto que, as saídas estavam suspensas. Mas ela afirmava com veemência que a unidade estava sendo negligente com sua gravidez. Foram realizados exames de sangue, ultrassonografias, que não apontaram para um estado de gravidez. A adolescente em crise, demonstrando uma possível gravidez psicológica, vivenciou um episódio de automutilação nos braços, afirmando ter sido em função do descaso com sua gravidez. Neste episódio, os agentes acreditaram que o motivo real foi porque ela queria ir para o quarto/ cela de outra adolescente. A adolescente pede

abraços à diretora da escola, e professores, alegando que não tem recebido a atenção necessária à sua condição de gestante, frequentemente alisa a barriga, pede alimentação especial por estar grávida e não aceita os resultados dos exames e atendimentos que dizem o contrário. Desconfia-se que esta adolescente tenha presenciado o caso de uma adolescente que foi dispensada da medida, mesmo sentenciada, porque era mãe de dois filhos. Além disso, também presenciou outra adolescente que teve sua sentença convertida para o meio aberto, em função de ser a principal responsável por seus três filhos.

Em uma manhã, na escola, quando discutiam sobre um filme que haviam assistido, uma adolescente pede para assistir ao filme *Plano B* (Poul, 2010). Este filme conta a história de Zoe que, cansada de esperar pelo homem certo e no desejo de ser mãe, faz uma fertilização, e logo após conhece um homem com quem deseja se relacionar, mas esconde a gravidez. Uma adolescente estimulada pela discussão sobre o filme, conta que sua primeira gravidez foi aos 12 anos, era uma menina, mas foi a óbito. Também narrou que sua mãe está com 44 anos e gestante, com gravidez de risco. Ela diz que agora que está com 17 anos, sua gravidez não será mais de risco (como foi aos 12 anos) e que prefere ser mãe agora do que “quando estiver velha”. Frizzo, Martins, Silva, Piccinini e Diehl (2019), em seus estudos sobre a rede de apoio de adolescentes, identificou que para todas, a principal rede de apoio e matriz, são suas mães. Neste estudo, a figura materna aparece como sendo aquela com a qual as adolescentes podem sempre contar para serem instruídas, ajudadas e valorizadas. O companheiro ou outra figura de apoio também aparece, mas não com a mesma relevância da mãe. Este achado parece reforçar um imaginário social acerca da mulher mãe que é responsável pelos cuidados de todos. Ainda no período das observações, quando as visitas foram liberadas (melhoria da condição pandêmica), apenas dois pais visitaram suas filhas. As demais visitantes, quando conseguiam ir, eram sempre as mães.

É importante perceber que para além dos apontamentos nas Zonas de Sentido, as falas e os comportamentos das adolescentes que são mães, se voltam para a saudade dos filhos, a preocupação constante, por vezes a insônia, o rebaixamento de humor e possível adoecimento mental, quando falam sobre ter chorado a noite toda. A impossibilidade de acompanhar o crescimento dos filhos, o medo de serem esquecidas, a dúvida latente sobre

estarem ou não sendo bem cuidados as persegue sem descanso. A etnografia permitiu ver, ouvir, sentir, considerar as falas sobre os filhos nas conversas surgidas entre as adolescentes, entre elas e os professores, agentes de reintegração do socioeducativo e outros. Desse modo, foi possível apreender uma direção e conteúdo similar ao estudo de Torres, Vieira, Barbosa, Souza e Teles (2018). Estes autores, ao analisarem a maternidade destas adolescentes, perceberam que houve um amadurecimento precoce, pois tiveram que assumir funções e responsabilidades da vida adulta, abandonando outras características ou exigências esperadas para sua faixa etária. Em contrapartida, no que tange às questões de gênero na gravidez na adolescência, os meninos costumam ter menos cobrança ao se tornarem pais do que as meninas ao se tornarem mães (Gonçalves & Miguel, 2021).

Conclusão

Todas as etapas desta pesquisa, desde a apresentação inicial na instituição até a finalização da escrita deste texto, representaram a imersão das pesquisadoras no universo de intenso sofrimento, que envolve a gravidez e/ou maternidade na adolescência e, em especial, concomitante com a internação em unidade socioeducativa de privação de liberdade. Este aspecto é unânime em todas as referências pesquisadas, construindo necessariamente uma apreciação de muita dor e muita coragem, como características destas pequenas heroínas. Não há condescendência nesta qualificação. Ao chegarem à adolescência já passaram por circunstâncias extremamente penosas de abandono, solidão, violência das mais variadas formas, e se veem frente a um desafio injusto de serem responsáveis por filhos, quando ainda não deixaram de ser crianças. As observações evidenciaram que algumas questões necessitam de maior compreensão e desvelamento neste contexto do cumprimento de medida de privação de liberdade: atenção à família; o duplo pertencimento da adolescente grávida/mãe à entrada na adultez e permanência na infância; o profundo vínculo com o filho que pode representar uma perspectiva de futuro; a relação dual e contraditória com o parceiro íntimo; e a possibilidade de serem expropriadas de afeto quando o Estado decide que a solução é o afastamento definitivo do filho, ao serem encaminhados para adoção.

Como pontuam Mello et al. (2017) ainda se está em fase muito precária de se conseguir oferecer a estas *meninas* uma situação de recomposição da vida digna de uma cidadania. Este texto apresenta os limites de uma pesquisa realizada em contexto sociojurídico e de difícil acesso, além dos limites de sua temporalidade, pois foi gestada em plena pandemia do coronavírus. O alcance do texto está na ousadia da escolha do tema e do contexto, colocando em primazia a necessidade dos saberes psicossociais adentrarem em temas e instituições fechadas, detentores de segredos e não ditos. Por fim, vale ressaltar os efeitos desta trajetória sobre a vida das pesquisadoras que viveram intensamente o período da pesquisa, do sofrimento à alegria mais genuína de apresentar seus resultados.

Referências

- Andrada, C. F. (2018). O método no centro: relatos de campo de uma pesquisa psicossocial de perspectiva etnográfica. *Psicologia USP*, 29(2), 236-245. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305157319009>
- Andrade, B. G., Assis, C. A., Lima, D. C. M., Neves, L. F., Silva, L. A., Silva, R. C., Fracolli, L. A., & Chiesa, A. M. (2022). Apoio social e resiliência: um olhar sobre a maternidade na adolescência. *Acta Paulista de Enfermagem*, 35, eAPE03341. <http://dx.doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO03341>
- Brancaglioni, B. C. A. & Fonseca, R. M. G. S. (2016). Violência por parceiro íntimo na adolescência: uma análise de gênero e geração. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 69(5), 890-898. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0408>
- Brasil (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente. *Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm#art267
- Brasil (2019a). *Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros/ Conselho Nacional do Ministério Público*. Brasília: CNMP. Conselho Nacional do Ministério Público. https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2019/programas-socioeducativos_nos-estados-brasileiros.pdf

- Brasil (2019b). *Levantamento Anual SINASE 2017*. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. <<https://www.gov.br/mdh/ptbr/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017>>
- Brasil (2021). *Análise da execução das medidas socioeducativas de meninas adolescentes, em privação de liberdade*. Relatório executivo. Pesquisa sobre o atendimento socioeducativo das meninas privadas de liberdade em 10 cidades brasileiras. http://www.ibam.org.br/media/arquivos/2021/Rel_executivo_300421.pdf.
- Brasília (2020). *Anuário do Atendimento Socioeducativo Inicial no Núcleo de atendimento integrado – NAI/UAI – DF*. <<http://www.sejus.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/10/1.-ANUA%CC%81RIO-2020-revisa%CC%83o-03-10-2020.pdf>>.
- Calicchio, M. G. S. M. & Barsaglini, R. A. (2020). Ter e ser familiar de pessoa privada de liberdade: repercussões na experiência de mães e companheiras. *Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social*, 8(3). <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=497963985001>
- Carreteiro, T. C. O. C. (2020). Reflexões sobre adolescências e a complexidade das comunidades de afeto no processo socioeducativo. *Sociedade e Estado*, 35(1), 83-100. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202035010005>
- Clemens, J., & Souza, M. (2020). Sobre o não dito do feminino e da maternidade. *Psicologia em Revista*, 26(2). <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n2p641-659>
- Costa, L. F. & Lordello, S. R. (2021). Pesquisa com populações vulneráveis e em contexto de grande complexidade. In E. M. F. Seidl, E. Queiroz, F. Iglesias, & M. Neubern (Eds.), *Estratégias Metodológicas de Pesquisa em Psicologia Clínica. Possibilidades e Avanços* (v. 6) (pp. 171-192). Curitiba: CRV. <https://orcid.org/10.24824/978652512468.1>
- Dantas, C. P., Christofari, G. C. & Arpini, D. M. (2021). A Experiência da Relação Mãe-Bebê para Mães Adolescentes. *Contextos Clínicos*, 14(3). <https://orcid.org/10.4013/ctc.2021.143.01>

- Fernandes, M. N. (2022). O direito à educação escolar na socioeducação: a atuação do pedagogo na emancipação política do adolescente em conflito com a lei. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, 19(57), 306-321. <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewArticle/9866>
- Flick, E. (2009). *Introdução à Pesquisa Qualitativa* (3 edição). Porto Alegre: Artmed.
- Fontoura, M. H. & Ribeiro, F. B. (2020). “Aqui é uma casa masculina!” Juventude trans e socieducação. *Conversas & Controvérsias*, 7(1), 1-11. <http://dx.doi.org/10.15448/2178-5694.2020.1.35321>
- Frizzo, G. B., Martins, L. W. F., Silva, E. X. L., Piccinini, C. A., & Diehl, A. M. P. (2019). Maternidade Adolescente: A Matriz de Apoio e o Contexto de Depressão Pós – Parto. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 35, e3533. <https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3533>
- Garcia, A. M., & Gonçalves, H. S. (2019). Sexualidade na Medida Socioeducativa de Internação: Traçando Pistas por uma Revisão da Literatura. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, e184463, 1-16. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003184463>
- Gonçalves, E. (2017). Solteira, sem filho: Menos que meia pessoa? *Mediações*, 22(2), 479-509. <http://dx.doi.org/5433/2176-6665.2017v22n2p479>
- Gonçalves, J. P. & Miguel, G. G. A. (2021). Gravidez na Adolescência e Conciliação da Maternidade com a Vida Escolar. *Revista FSA*, 18(4). <http://dx.doi.org/10.12819/2021.18.4.6>
- González Rey, F. (2005). *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade. Os processos de construção da informação*. São Paulo: Thomson.
- Lemmons, K. (Diretora) & Howard, G. A. (Produtor) (2019). *Harriet*. Focus Feature.
- Machado, J. C., Zappe, J. G. & Dias, A. C. G. (2021). Trajetórias escolares de adolescentes em conflito com a lei: Revisão de literatura. *Psicologia em Revista*, 15, e26487. <https://doi.org/10.34019/1982-1247.2021.v15.26487>
- Mazzini, M. L. H., Biasoli-Alves, Z. M. M., Santos da Silva, M. R., & Sagim, M. B. (2008). Mães adolescentes: A construção de sua identidade materna. *Ciência e Cuidado da Saúde*, 7(4), 493-502. <http://repositorio.furg.br/handle/1/1506>
- Mello, M. M. P., Machado, E. B. L. A. & Valença, M. A. (2017). A vivência da medida socioeducativa de internação por adolescentes do sexo feminino nas cinco regiões

- do Brasil. In A. P. de Andrade & B. A. Machado (Eds.), *Justiça Juvenil. Paradigmas e experiências comparadas* (pp. 107-123). Brasília/São Paulo: FESMP/Marcial Pons.
- Miura, P. O., Tardivo, L. S. L. P. C. & Barrientos, D. M. S. (2019). O desamparo vivenciado por mães adolescentes e adolescentes grávidas acolhidas institucionalmente. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(5), 1601-1610. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018235.14152016>
- Nunes, R. R., Feitosa, E. S., Catrib, A. M. F., Brilhante, A. V. M. & Santos, Z. M. A O. (2021). Análise da Repercussão da maternidade na adolescência sobre a escolaridade: estudo retrospectivo. *Políticas Educativas - PolEd*, 15(2), 171-183. <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/PolEd/article/view/121246>
- Pitt, B. (Produtor) & McQueen II, S. (Diretor) (2014). *12 anos de escravidão*. Los Angeles: Walt Disney.
- Poul, A. (Diretor) (2010). *Plano B*. Los Angeles: CBS Films.
- Ribeiro, D. S. (2020). Rebelião das mães. Ética do cuidado em coletivo face à necropolítica no encarceramento de adolescentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latinoamericana*, 36, 155-274. <http://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2020.36.11.a>
- Santos-Couto, P. L., Teixeira-Santana, C. D., Alves-Vilela, A. B., Tosoli-Gomes, A. M., Silva-Flores, T., Costa-Pereira, S. S., Coelho-Gomes da Silva, S. C., & Costa-Ferreira, L. (2020). Situações de vulnerabilidades vivenciadas por adolescentes infratores: uma revisão integrativa. *Hacia Promoción Salud*, 26(2), 235-251. <https://doi.org/10.17151/hpsal.2021.26.2.16>
- Silva, V. R. (2020). *“Envolvidas”: A experiência social das adolescentes em medida socioeducativa privativa de liberdade*. Dissertação de Mestrado [Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós Graduação em Sociologia], Fortaleza. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/54748>
- Souza, T. Y. & Gratão, P. G. (2020). Vulnerabilidades sociais e trajetórias institucionais das adolescentes em uma unidade de semiliberdade feminina. *Revista do CEAM*, 6(2), 60-83. <https://doi.org/10.5281/zenodo.4522187>

- Sposato, K. B. & Moitinho, V. C. (2021). A internação socioeducativa em tempos de Covid-19: desafios para a cidadania dos adolescentes. *Revista de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social*, 2, e225885. <https://doi.org/10.24220/2675-9160v2e2021a5885>
- Torres, J. D. R. V., Vieira, G. D. R., Barbosa, G. P., Souza, M. S. & Teles, M. A. B. (2018). O significado da maternidade para adolescentes atendidas na Estratégia de Saúde da Família. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online*, 10(4),1003-1013. <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2018.v10i4.1003-1013>